

NOTARIADO GAÚCHO

Nº 15 – Ano 4
JULHO – SETEMBRO
de 2020



NOTARIADO GAÚCHO NA ERA DIGITAL

Ampliação das ferramentas digitais e disseminação do conhecimento foram as marcas da gestão 2018/2020, que finaliza trabalho e faz retrospectiva das principais conquistas alcançadas para a atividade notarial no Estado



- 4** **Editorial**
AMPLIAÇÃO DO USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ESTIVERAM NO CENTRO DAS AÇÕES NO NOSSO MANDATO
- 5** **Institucional**
DIRETORIA DO CNB/RS DEFINE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2018/2020
- 6** **Entrevista**
“CADA VEZ MAIS SOMOS EXIGIDOS A SUBSTITUIR O PODER JUDICIÁRIO”
- 10** **Eleição**
COM QUASE TRÊS DÉCADAS LIGADO À DIRETORIA DO CNB/RS, NEY PAULO AZAMBUJA ASSUME PRESIDÊNCIA PELA PRIMEIRA VEZ
- 12** **Eventos**
DESAFIOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS FOI TEMA CENTRAL DO XIII ENCONTRO NOTARIAL E REGISTRAL
- 13** **Eventos**
VALORIZAÇÃO DA CLASSE NOTARIAL FOI FOCO DO 73º ENCONTRO ESTADUAL DOS TABELIÃES DE NOTAS E PROTESTO DO RS
- 14** **Capacitação**
GRUPO DE ESTUDOS NOTARIAIS CHEGA AO SEU 4º ANO COM QUASE 40 EDIÇÕES
- 16** **Capacitação**
CNB/RS DÁ CONTINUIDADE AOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA A PRÁTICA NOTARIAL
- 17** **Capacitação**
PARCERIA ENTRE CNB/RS E WR TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DISPONIBILIZA CURSOS ONLINE PARA ASSOCIADOS
- 17** **Capacitação**
CNB/RS REALIZA CURSO SOBRE PROVIMENTO Nº 88 EM PORTO ALEGRE (RS)
- 18** **Institucional**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA INSTALA FRENTE PARLAMENTAR DA JUSTIÇA NOTARIAL E REGISTRAL DO RS
- 20** **Institucional**
CNB/RS, IRIRGS E COLÉGIO REGISTRAL FIRMAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
- 20** **Institucional**
CNB/RS E OAB/RS ALINHAM CONDUTAS E PROCEDIMENTOS
- 21** **Institucional**
MUDANÇA NO ESTATUTO PERMITE QUE INTÉRINOS SE ASSOCIEM AO CNB/RS
- 21** **Institucional**
CNB/RS E CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO FIRMARAM ACORDO PARA QUE SERVENTIAS PUDESSEM ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DO PROVIMENTO Nº 74
- 22** **Institucional**
MEIOS DIGITAIS TORNAM INTERAÇÃO COM ASSOCIADOS PRATICAMENTE INSTANTÂNEA
- 23** **Institucional**
CNB/RS PARTICIPA DO LANÇAMENTO DA NOVA CNNR
- 24** **Institucional**
PROJETO DE VISITA A TABELIONATOS DO ESTADO É MANTIDO DURANTE GESTÃO 2018/2020
- 32** **Institucional**
CNB/RS TRAÇA ESTRATÉGIAS PARA AUXILIAR TABELIÃES DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA
- 33** **Institucional**
CENTRAL DE ATOS NOTARIAIS DO CNB/RS VIABILIZA SISTEMA DE QR-CODE EM CARTÓRIOS GAÚCHOS
- 33** **Institucional**
CNB LUTA PELA COMUNICAÇÃO DE VENDA DE VEÍCULOS NO ATÓ DA TRANSMISSÃO
- 34** **Institucional**
CNB/RS RENOVA ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA REORGANIZAÇÃO DO ACERVO IMOBILIÁRIO DO GOVERNO DO ESTADO
- 35** **Institucional**
CNB/RS ADERE À CAMPANHA CARTÓRIOS DO BEM
- 36** **Institucional**
TRABALHO DO CNB/RS FOI AMPLAMENTE DIVULGADO NA MÍDIA DURANTE GESTÃO 2018/2020
- 38** **Opinião**
DO MENOR INCAPAZ COMO SÓCIO DE PESSOA JURÍDICA E ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

A **Revista Notariado Gaúcho** é uma publicação trimestral do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul, voltada para os profissionais dos serviços notariais e registrais do País, juizes, advogados e demais operadores do Direito.

O CNB/RS não se responsabiliza pelos artigos publicados na revista, cuja opinião expressa somente as ideias de seus respectivos autores. É proibida a reprodução total ou parcial dos textos sem autorização do CNB/RS.

Endereço:

Av. Borges de Medeiros, 2105, 1308
Praia de Belas – Porto Alegre (RS)
Cep: 90110-150
Tel: (51) 3028-3789

Site: www.cnbrs.org.br

Presidente: Ney Paulo Silveira de Azambuja
Vice-presidente: Antonio Luiz Kindel
1º Secretário: Sérgio Ariel de Farias Raupp
2º Secretário: Caroline Mirandoli
1º Tesoureiro: Danilo Alceu Kunzler
2º Tesoureiro: Marcos Ferreira Cunha Lima

CONSELHO FISCAL

Titulares

Sandra Maria Kappler
José Carlos Guizolfi Espig
Alexandre Resende Pelegrini

Suplentes

Francisco José Mariano da Rocha Luz
Cledemar Dornelles de Menezes
Ricardo Guimarães Kollet

CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA

Efetivos

Ney do Amaral Lamas Junior
João Figueiredo Ferreira
Lauro Assis Machado Barreto

Jornalista Responsável:

Alexandre Lacerda Nascimento

Editora:

Larissa Luizari

Reportagens:

Daniela Knevitze
Raquel Guimarães

Sugestões de Artigos e Matérias:

imprensa@colegionotariars.org.br

Impressão e CTP:

JS Gráfica e Editora
Telefax: (11) 4044-4495
E-mail: js@jsgrafica.com.br
Site: www.jsgrafica.com.br

Projeto e Diagramação

Mister White

Etiquetas da JS Gráfica: Praticidade, Eficiência e Segurança

- Personalização exclusiva para cada cartório
- cortes de segurança
- holografia de segurança exclusiva
- numeração
- impressão UV
- alto TAK

para impressora
matricial e
transfêrmica/ribbon



GRÁFICA
(11) 4044-4495
www.jsgrafica.com.br



AMPLIAÇÃO DO USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ESTIVERAM NO CENTRO DAS AÇÕES NO NOSSO MANDATO

Esta edição da Revista Notariado Gaúcho tem como objetivo apresentar uma prestação de contas das principais ações realizadas na gestão 2018-2020. Após mais de 25 anos participando da direção em cargos de apoio, fui convocado a atuar como presidente. Honrado pela confiança em mim depositada, me propus a dar continuidade a tudo o que os colegas que me antecederam vinham fazendo, e implementar novidades, especialmente no contato direto com os associados de todos os cantos do Estado.

A valorização dos colaboradores dos serviços extrajudiciais do Estado foi um dos focos na nossa gestão. Fizemos isto através da implementação de uma programação paralela nos encontros da classe, com palestras e workshops exclusivos para a qualificação dos colaboradores dos tabelionatos de notas. Também mantivemos a programação dos cursos de prática notarial, em diferentes pontos do Estado, para oferecer oportunidades de qualificação aos colaboradores dos nossos serviços. Ainda com este foco, temos a programação de cursos online, disponibilizados na área restrita do site, com conteúdo renovado mensalmente, podendo ser acessados por todos os colegas associados e seus colaboradores.

O propósito de trabalhar a qualificação e a disseminação de conhecimento é complementado ainda pelo Grupo de Estudos Notariais, criado há três anos em parceria com a assessora jurídica do Colégio, com reuniões mensais, que antes da pandemia podiam ser assistidas presencialmente na sede da entidade ou online, e foram transformadas em uma atividade exclusivamente digital. Nestes grupos, são avaliados os assuntos mais recentes, como mudanças na legislação, aplicação de leis e compartilhamento de conhecimento.

Como presidente do Colégio Notarial do Rio Grande do Sul, colocamos em nosso planejamento estratégico a ampliação da digitalização das atividades da entidade, e a busca pela aceleração da inserção dos serviços notariais na digitalização das atividades do dia a dia. Para isto, introduzimos nos encontros da classe discussões profundas sobre a questão. Graças ao trabalho que já vínhamos fazendo, como classe, tivemos uma certa facilidade em nos adequar rapidamente à realidade imposta pela pandemia que se instalou no Planeta no ano de 2020. Desta forma, conseguimos nos adaptar aos novos tempos, em que a prática de atos notariais de forma digital se torna cada dia mais presente em nossos serviços. Para que pudéssemos nos adequar à nova realidade, tivemos que buscar recursos tecnológicos que nos dessem segurança. Ao mesmo tempo em que cumpriamos o Provimento nº 74 que nos impõe padrões mínimos de segurança de TI, fizemos um trabalho em conjunto com a Corregedoria, para que os pequenos serviços pudessem se unir e construir uma solução de segurança compartilhada, com custos que cabem no seu orçamento.

As novas ferramentas de comunicação que foram surgindo ao longo dos últimos anos nos possibilitaram maior conexão com nossos associados. Podemos afirmar, sem medo de errar, que hoje os colegas contam com a entidade para atender suas dúvidas em tempo real. Usamos grupos de whatsapp que proporcionam o compartilhamento de dúvidas e respostas instantâneas a questões que no passado levavam semanas para chegar aos associados. Temos orgulho das respostas rápidas da diretoria, através da assessoria jurídica, o que permite aos colegas atuar com mais segurança, na medida em que trocam informações e se ajudam mutuamente. Os grupos de whatsapp se tornaram aliados importantes para a suscitação de dúvidas, contribuindo para o melhor desempenho da classe. Lembrando que nossa assessoria jurídica está permanentemente atenta aos grupos,

auxiliando na elucidação de dúvidas.

Uma das conquistas importantes na nossa gestão foi a aprovação na assembleia geral de novembro de 2019, para que os titulares interinos possam se associar à entidade. Fizemos um grande esforço para tornar esta mudança realidade, porque hoje temos muitas serventias nestas condições, e os colegas interinos impedidos de se associar não podiam contribuir para a representatividade da classe. Uma entidade forte precisa ter participação significativa entre os associados.

A continuidade à campanha de rádio Tabelionato Gaúcho, com uma linguagem que tem como objetivo a aproximação da classe com a comunidade, foi uma das propostas que mantivemos ao longo dos últimos dois anos.

Com o propósito de estreitar relações com todas as esferas da comunidade gaúcha, conseguimos através do deputado Elizandro Sabino, a instalação da Frente Parlamentar da Justiça Notarial na Assembleia Legislativa, uma forma de tornar nosso trabalho mais conhecido e reconhecido pelo legislativo gaúcho.

Um dos destaques da nossa gestão, gostaria de ressaltar aqui, tem sido o relacionamento com a Corregedoria Geral de Justiça, que tem sido extremamente respeitosa com nossa classe, e ouvido as entidades em todas as decisões importantes que afetam nosso dia a dia. Ao longo destes dois anos de mandato, tive sempre o melhor tratamento de parte da Corregedoria, com a qual temos estabelecido uma relação de extremo respeito mútuo.

Gostáramos muito de ter cumprido mais roteiros de visitas aos associados. Ao longo de 2019, com muitas demandas da classe, fizemos apenas dois roteiros. Para 2020, previmos visitas a oito regiões, mas só conseguimos cumprir o de janeiro. A partir do início de março, com a decretação do isolamento social, tivemos que cancelar ou adiar todas as atividades que tínhamos previsto para o período, inclusive os nossos tradicionais encontros do primeiro semestre, em parceria com o Colégio Registral do Rio Grande do Sul, e o encontro do segundo semestre, somente para tabeliães. Nossa expectativa é de que para o ano de 2021 a entidade possa retomar todas as atividades que envolvem as visitas aos colegas, os cursos de qualificação e os encontros presenciais. No nosso entendimento, por mais que estejamos inseridos na economia digital, nossos encontros presenciais continuarão sendo sempre um elo de ligação entre colegas de todo o Estado.

Por fim, gostaria de dizer-lhes, caros colegas, que esta mensagem não é uma despedida. Prometi aos meus pares na diretoria que continuarei atuando e apoiando, como sempre fiz. Quero agradecer de todo coração aos colegas que integraram a diretoria nestes dois anos, que foram verdadeiros parceiros para que pudéssemos atender a todas as demandas, que foram muitas. Graças ao apoio de toda a diretoria, conseguimos implementar muitas realizações. Se mais não fizemos, foi porque no meio do caminho, nos deparamos com uma pandemia.

Desejo ao meu sucessor que ele viva alegrias neste processo que é intenso e exige muito pessoalmente, mas que também nos traz a sensação de dever cumprido e de cumplicidade.

Ney Paulo Silveira de Azambuja
Presidente do CNB/RS



DIRETORIA DO CNB/RS DEFINE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2018/2020

Ney Paulo Azambuja manteve a sistemática introduzida pelo ex-presidente Danilo Alceu Kunzler



Membros da Diretoria e assessores da entidade participam de reunião para traçar estratégias que serão adotadas pela entidade

Para definir as ações do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) que estariam em pauta durante a gestão 2018/2020, o presidente Ney Paulo Azambuja manteve a sistemática introduzida pelo ex-presidente Danilo Alceu Kunzler. Foi assim em 2019, com reunião realizada na cidade de Xangri-Lá, e em 2020, com o encontro na sede da entidade em Porto Alegre, capital gaúcha.

Destas reuniões, participam a Diretoria e todas as assessorias da entidade, que juntos definem as prioridades para o período de um ano.

Em 2018, ainda na gestão de Danilo Kunzler, foi feito um planejamento geral para até o final de 2021. Assim, os encontros de janeiro foram para revisar este planejamento, avaliar as realizações do ano anterior e definir as ações para o ano que iniciara.

"Esta forma de trabalho é muito positiva, porque nos dá um rumo a seguir nos objetivos de construção de práticas da entidade", avalia Azambuja. Ele lembra ainda que o planejamento estratégico são as ações que a Diretoria se propõe a realizar, ao mesmo tempo em que atende as demandas geradas por entidades coirmãs, pelas instituições que representam diferentes setores da sociedade e pelo próprio dia a dia dos associados.

Foi durante a reunião para a revisão do planejamento para 2019 que ficou definido que as reuniões de Diretoria passariam a ser mensais, no horário das 16 horas, e que os encontros do Grupo de Estudos Notariais, que até 2019 ocorriam de forma híbrida (presencial e digital), seriam mantidos na última terça-feira de cada mês, a partir das 18 horas, sob a coordenação da assessoria jurídica e da assessoria especial da entidade.

A gestão de Ney Paulo Azambuja também dedicou tempo à qualificação dos colaboradores dos associados, mantendo a programação paralela dos encontros da classe, com palestras direcionadas aos funcionários e criando novas formas de oferecer formação - entre elas o sistema de videoaulas desenvolvido pela WRK Cursos, disponibilizados gratuitamente para os associados e seus colaboradores na área restrita do site da entidade.

Com o propósito de atender um dos objetivos estatutários da entidade, a diretoria trouxe como novidade, em 2019, a realização de uma série do curso Prática Notarial e de Direito de Família e Sucessões, acrescidas de um módulo de Português Aplicado ao Direito Notarial e Registral, que está sendo levado a diferentes pontos do Rio Grande do Sul, com edições presenciais. Em 2019, o curso foi realizado em quatro cidades - Caxias, Erechim, Lajeado e Santa Cruz -, chegando a reunir mais de 500 pessoas. Em 2020, a programação que iniciaria em março precisou ser suspensa em função da pandemia do coronavírus, para ser retomada assim que possível.

Nas duas reuniões de planejamento, a Diretoria ratificou o projeto de realizar as visitas aos colegas do interior, no formato de comitiva. Nos dois anos de mandato, a gestão de Ney Paulo conseguiu fazer três roteiros ao longo de 2019. Em 2020, com a instalação da pandemia, foi realizada apenas uma visita, ao Litoral Norte, no mês de janeiro. Os outros sete roteiros que estavam previstos para o ano foram cancelados. A expectativa do presidente do CNB/RS é de que a nova Diretoria dê continuidade ao projeto.

“CADA VEZ MAIS SOMOS EXIGIDOS A SUBSTITUIR O PODER JUDICIÁRIO”

Com mais de 28 anos dedicados à Diretoria do CNB/RS, Ney Paulo Azambuja faz um balanço sobre seu mandato como presidente da entidade



Encerrando seu primeiro mandato como presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), Ney Paulo Silveira de Azambuja tem mais de 28 anos de dedicação à classe, com cargos na Diretoria. Porém, antes de ingressar à Diretoria da entidade de classe, o tabelião já participava das reuniões semanais do CNB/RS regularmente.

Por responder por um tabelionato no interior do Estado, nunca tinha concordado em assumir a presidência da entidade, até 2018, quando foi literalmente convocado pelos colegas.

Novamente, a carga de responsabilidades – pois, agora, também responde interinamente pelo Tabelionato de Notas de Arambaré – fez com que ele decidisse não concorrer à reeleição. Mas deixa o cargo esclarecendo que está à disposição para apoiar o novo presidente no que ele julgar adequado.

Em entrevista para a revista Notariado Gaúcho, Azambuja fala sobre sua trajetória no serviço notarial e também dos desafios e conquistas durante sua gestão à frente do CNB/RS.

Notariado Gaúcho - Quando iniciou sua carreira na área notarial?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Iniciei minhas atividades em serviço notarial e registral em 1966, no Cartório Distrital da Tristeza, em Porto Alegre, que hoje subdivide-se em 11º Tabelionato de Notas e 5ª Zona de Registro Civil. Em 1970 já era ajudante substituto do tabelião e em 1973 fiz e fui aprovado em concurso estadual para tabelião. Eram cerca de 1.200 candidatos, e minha classificação foi 11º lugar no Estado. Assumi como tabelião de Camaquã em 22 de setembro de 1976, onde permaneço até hoje. De 1999 a 2006 respondi interinamente pelos Serviços Públicos de Tapes e atualmente respondo interinamente pelo Tabelionato de Notas e Protestos de Arambaré. Em 1972 concluí a graduação em Economia na PUC e em 1976 concluí Administração de Empresas também na PUC. Em 2002 concluí Especialização em Direito Notarial e Registral na AJURIS e em 2010 concluí pós-graduação em Direito Imobiliário na FADERGS. E entre 1973 e 1976 trabalhei como consultor técnico do IDERGS/SEBRAE na aprovação de projetos de pequenas e médias empresas junto ao Badesul e BRDE.

Notariado Gaúcho - Como iniciou sua participação no CNB/RS, e por que se manteve presente na Diretoria nas últimas décadas?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Iniciei minha participação no Colégio Notarial como colaborador sem cargo, em 1986, na gestão do saudoso presidente Enio Vilanova Castilhos. Em 1992, com a eleição do riograndino Américo Alves das Neves, assumi como 1º tesoureiro. De lá para cá sempre permaneci na diretoria, como tesoureiro ou secretário, até que fui intimado a ser presidente em 2018. Sempre gostei desta área associativa e sempre lutei pela valorização da classe. Em 2003, fiz parte da comissão que projetou a atual Lei de Emolumentos junto à CGJ, com os colegas Luiz Carlos Weizenmann e Cleber Miranda (Dom Pedrito).

“Nossa atividade tem um futuro promissor, pois os três poderes já identificaram os notários como extraordinários auxiliares para a administração pública”

Notariado Gaúcho - Como foi a experiência de presidir uma entidade tão ativa? Como isto contribui para a sua vida pessoal?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Confesso que é um pouco desgastante ser presidente morando a duas horas de viagem, tendo que estar semanalmente em Porto Alegre. Especialmente nesta fase de grandes transformações na nossa profissão, em que estamos vivendo a era digital, com a proliferação das redes sociais, que criaram inúmeros grupos de conversas, onde temos que dar respostas a tudo. Temos tido uma situação diferenciada nos últimos dois anos, com uma grande quantidade de Provimentos oriundos do CNJ e da CGJ, que mudaram totalmente nossa atuação, e isto toma muito tempo do nosso cotidiano.

Notariado Gaúcho - Cite os projetos realizados em sua gestão que o senhor considera mais impactantes para o benefício dos associados.

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Em princípio, com a colaboração de toda a Diretoria, procuramos dar continuidade a tudo que o Danilo vinha realizando. Entre ele, as visitas aos colegas do interior, sempre finalizando com um curso no sábado sobre assunto de interesse dos colegas; o grupo de estudos, sempre na última terça-feira de cada mês com a coordenação da Dra. Karin, nossa assessora jurídica. Também quero destacar a disponibilização no site de vídeos sobre diversos temas da nossa atividade, gratuitamente durante um mês, para aprimoramento dos colegas e de seus funcionários. A Revista Notariado Gaúcho, melhoria permanente do site e estímulo aos colegas para que acessem nossa página na web também estiveram no nosso foco. Os encontros de notários, em Gramado em 2018 e em Porto Alegre em 2019, e o encontro com registradores em Restinga Seca em 2019 foram momentos de encontro e confraternização, além das discussões. Destaco ainda o curso sobre o Provimento 88 em Porto Alegre com 225 participantes, o que originou um manual sobre o assunto, distribuído aos colegas. Também ultimamos a implantação do e-Notariado, a plataforma Cartório Digital, a comunicação de venda de veículos ao Detran e não vamos desistir de convênio com o IGP para que possamos acessar espelhos de carteira de identidade, dando maior segurança na nossa atividade de identificação das partes.

Notariado Gaúcho - Como o senhor vê o futuro de entidades como o Colégio Notarial? Qual a importância de se ter uma instituição que represente a classe, mesmo com todas as tecnologias que aparentemente aproximam as pessoas?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - É fundamental nossa entidade como órgão representativo, pois as demandas não param e cada vez mais somos exigidos a substituir o Poder Judiciário. Nossas reivindicações precisam ser ouvidas por quem é de direito e para isto é absolutamente imprescindível a existência de uma entidade com força e prestígio junto à sociedade e aos poderes constituídos. Hoje estamos lutando junto com a Anoreg em diversas frentes para resolver questões como melhoria da renda mínima, alteração do sistema de concursos, melhor remuneração dos atos gratuitos, anexação, desanexação, criação e extinção de serviços, entre outros.

Notariado Gaúcho - Como o senhor vê o futuro da atividade notarial e como a entidade vai poder continuar trabalhando para apoiar seus associados?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Apesar da crescente fiscalização, nossa atividade tem um futuro promissor, pois os três poderes já identificaram os notários como extraordinários auxiliares para a administração pública. Como exemplo mais recente, temos a nossa colaboração no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Notariado Gaúcho - No trabalho intenso realizado ao longo destes dois anos, como o senhor vê a valorização da entidade pelas instâncias governamentais?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Temos tido ótimo relacionamento com a CGJ, e nunca houve uma valorização tão intensa da entidade, ao ponto de sermos convidados a dar opinião em praticamente todos os assuntos relacionados com a atividade notarial e registral antes de qualquer decisão desta. Também junto ao Executivo, somos convocados a fazer parte de diversas comissões e tanto o Legislativo Estadual como o nacional criaram frentes parlamentares das áreas notarial e registral para melhor coordenação e acompanhamento de assuntos do nosso interesse.

Notariado Gaúcho - Qual o principal legado que sua gestão deixa para o sucessor?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - A permanente busca junto à CGJ de melhoria de remuneração de alguns atos praticados por nós e que não têm a devida valorização, bem como o permanente diálogo com associados, identificando suas necessidades e estimulando-os ao aperfeiçoamento intelectual e profissional.

Notariado Gaúcho - Estamos nos encaminhando de uma forma cada vez mais acelerada em direção ao trabalho remoto, e ao acesso a serviços de toda ordem por estes canais. Como acredita que isto se dará para a classe?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Isto se tornou realidade com a pandemia e parece que a tendência é ficar para sempre, o que não deixa de ser ótimo para o usuário, que cada vez mais quer ter conforto e agilidade no seu atendimento. Devemos estar preparados tecnologicamente para a nova realidade. Para isto é importante que tenhamos êxito na implantação dos atos eletrônicos o mais rápido possível.

Notariado Gaúcho - O Grupo de Estudos Notariais é uma agenda que tem se mantido, com crescimento constante no número de participantes. Como o senhor avalia esta realização? Por que decidiu manter a ação?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Por ser importante para os associados, especialmente os distantes da capital e que estão ávidos por informação técnica.



Notariado Gaúcho - Quais são os principais apoios que a entidade dá hoje aos seus associados?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Nos cursos ministrados, nas informações do site e na minimização das exigências de pagamento de mensalidades, que estão com seus valores congelados há mais de 10 anos e agora, durante a pandemia, isentamos o pagamento por seis meses.

Notariado Gaúcho - O senhor acredita que as ferramentas que possibilitam a realização de cursos a distância beneficiarão o alcance da meta estratégica de contribuir para a formação das equipes dos tabelionatos de todo o Estado?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Sim. Isto sempre foi bandeira de todas as diretorias anteriores, agora precipitada pelo distanciamento social obrigatório.

Notariado Gaúcho - Como o senhor avalia a campanha Tabelionato Gaúcho, criada pela gestão anterior e mantida durante toda a sua gestão, com a participação em rádios do RS?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Sempre fomos deficientes



tes na comunicação com a sociedade, que tem uma imagem distorcida das nossas atividades. Estas campanhas, dentro das possibilidades financeiras da entidade, devem ser permanentes.

Notariado Gaúcho - Um dos pontos fortes de sua administração foi a conquista dos novos colegas que assumiram serventias a partir de nomeações dos concursos como associados da entidade. Como está a interação dos novos colegas com a entidade?

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Infelizmente ainda não tivemos o retorno pretendido, mas vamos continuar buscando interação com os novos colegas para que se unam a nós na luta por nossa permanente valorização.

Notariado Gaúcho - Uma das atividades permanentes da entidade é o Fórum de Presidentes, do qual o senhor participa junto com os colegas de todas as outras entidades representativas. Como o senhor acredita que este grupo contribua para beneficiar a nossa classe?

"Temos tido ótimo relacionamento com a CGJ, e nunca houve uma valorização tão intensa da entidade, ao ponto de sermos convidados a dar opinião em praticamente todos os assuntos relacionados com a atividade notarial e registral antes de qualquer decisão"

Ney Paulo Silveira de Azambuja - Na minha opinião, foi nossa maior conquista, que vem da gestão do Danilo Kunzler e agora continuada pelo colega João Pedro Lamana Paiva. É algo inédito no país e tem mostrado sua importância pelas conquistas já obtidas. Um grupo de entidades que representam todas as especialidades sempre será mais forte e influente do que apenas uma instituição.

COM QUASE TRÊS DÉCADAS LIGADO À DIRETORIA DO CNB/RS, NEY PAULO AZAMBUJA ASSUME PRESIDÊNCIA PELA PRIMEIRA VEZ

Eleição aconteceu durante o 72º Encontro Estadual de Tabelaões de Notas e Protesto do RS realizado em Canela (RS)



Danilo Alceu Kunzler entrega o cargo a Ney Paulo Silveira de Azambuja

Eleição aconteceu durante Assembleia realizada no 72º Encontro Estadual de Tabelaões de Notas e Protesto do RS, em Canela (RS)

Eleito no dia 20 de outubro de 2018, Ney Paulo Silveira de Azambuja assumiu pela primeira vez a presidência na diretoria à qual esteve ligado por mais de 28 anos. Por estar distante da capital, sempre preferiu ficar em cargos que fossem de apoio ao presidente.

Eleito por aclamação, na Assembleia realizada dentro da programação do 72º Encontro Estadual de Tabelaões de Notas e de Protestos, em outubro de 2018 na cidade de Canela (RS), o tabelião assumiu para dar continuidade ao trabalho que vinha sendo feito na gestão da instituição.

Ao assumir o cargo, Azambuja anunciou que trabalharia pelo cumprimento de dez metas previstas no planejamento estratégico desenvolvido pela gestão anterior. Um dos objetivos prioritários era trabalhar pela aprovação do PL 195, fundamental para os tabelaões de notas, resolvendo problemas de má interpretação e de defasagem na prestação de diversos serviços, como inventários, divórcios, entre outros.

Foco na busca da adesão dos novos delegatários como associados da entidade e na manutenção da campanha publicitária "Tabelionato Gaúcho", de comunicação direta com a sociedade, valorizando a atividade notarial, estavam entre as metas para a gestão.

Como novo presidente, Ney Paulo Silveira de Azambuja também anunciou fortes investimentos no site da entidade, o portal de comunicação direta com os associados, mostrando em tempo real todas as informações das ações da entidade, e as decisões de instâncias governamental e jurídica que afetam diretamente o dia a dia dos serviços extrajudiciais.

Dentro da missão de valorizar e integrar cada vez mais a classe, o presidente prometeu em sua posse que faria esforços para manter as atividades de qualificação de colegas e seus colaboradores e criar novas possibilidades de disseminação de conhecimento, incrementando a área restrita aos associados com cursos online. O que se tornou realidade com a implementação de cursos na parte restrita do site e a manutenção da programação mensal do Grupo de Estudos Notariais.

A implementação da área de perguntas e respostas do site, onde os associados podem resolver suas dúvidas, que agora é uma realidade, também estava entre as prioridades do presidente. Todas as perguntas encaminhadas à entidade são respondidas pela assessoria jurídica e inseridas na área interna do site para que fiquem disponíveis a todos os colegas.

CONHEÇA OS MEMBROS DA DIRETORIA 2018-2020



Presidente:
Ney Paulo Silveira de Azambuja
Tabelião de Notas de Camaquã



Vice-presidente:
Antonio Luiz Kindel
Tabelião de Notas de Montenegro



1º Secretário:
Sérgio Ariel de Farias Raupp
Tabelião de Notas de Gravataí



2ª Secretária:
Caroline Mirandolli
Tabeliã de Notas de Mato Leitão



1º Tesoureiro:
Danilo Alceu Kunzler
Tabelião de Notas de Estância Velha



2º Tesoureiro:
Marcos Ferreira Cunha Lima
Tabelião de Notas de Caxias do Sul



Conselho de Ética - Titulares:
Ney do Amaral Lamas Junior
Tabelião de Notas de Pelotas



Conselho de Ética - Titulares:
João Figueiredo Ferreira
Tabelião de Protesto de Porto Alegre



Conselho de Ética - Titulares:
Lauro Assis Machado Barreto
Tabelião de Notas de Novo Hamburgo



Conselho Fiscal - Titulares:
José Carlos Guizolfi Espig
Tabelião de Notas de Torres



Conselho Fiscal - Titulares:
Alexandre Resende Pelegrini
Tabelião de Notas de e de Registro de Charqueadas



Conselho Fiscal - Titulares:
Sandra Maria Kappler
Tabeliã de Notas de e de Protesto de Títulos de Barra do Ribeiro



Conselho Fiscal - Suplentes:
Francisco José Mariano da Rocha Luz
Tabelião de Notas de Canoas



Conselho Fiscal - Suplentes:
Cledemar Dornelles de Menezes
Tabelião de Notas de Porto Alegre



Conselho Fiscal - Suplentes:
Ricardo Guimarães Kollet
Tabelião de Notas de Porto Alegre

DESAFIOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS FOI TEMA CENTRAL DO XIII ENCONTRO NOTARIAL E REGISTRAL

Realizado em Restinga Seca (RS), Encontro organizado pelo CNB/RS reuniu mais de 400 pessoas

Como acompanhar as mudanças sociais provocadas pelos avanços tecnológicos e seus efeitos nas relações entre pessoas e empresas para o dia a dia das atividades extrajudiciais. Este foi o centro das discussões o XIII Encontro Notarial e Registral do Rio Grande do Sul, realizado nos dias 17 e 18 de maio de 2019 na cidade de Restinga Seca. Com mais de 400 inscritos, o evento entrou para a história do Colégio Notarial como um dos mais produtivos da sequência de encontros conjuntos.

O futuro da prestação dos serviços extrajudiciais, a função social de notários e registradores e a visão estatal sobre a atividade estiveram entre os temas discutidos. A programação contemplou ainda discussões sobre as ameaças e a as oportunidades que as tecnologias disruptivas trazem para a atividade.

O presidente do CNB/RS, Ney Paulo Silveira de Azambuja, destacou em sua fala de abertura a importância dos serviços prestados pelos cartórios de registros e notas, lembrando que nos últimos anos foram agregados novos serviços à responsabilidade dos servi-



Evento que entrou para a história do CNB/RS reuniu mais de 400 notários e registradores



ços extrajudiciais, atos que antes eram de responsabilidade exclusiva do Poder Judiciário, e que nos tabelionatos de notas são concluídos com mais agilidade e menor custo, beneficiando a sociedade duplamente.

Na abertura do encontro, Azambuja anunciou que os tabelionatos estavam se preparando para a emissão de escrituras eletrônicas, mediação e conciliação, e expedição de cartas de sentença de documentos de identidade através dos registros civis de pessoas naturais.

O workshop com palestras e cursos oferecido aos funcionários dos tabelionatos e cartórios de registros foi um dos destaques do encontro, com mais de 200 participantes, em doze palestras, com temas que foram de assuntos técnicos das atividades extrajudiciais a temas como aplicação da língua portuguesa na atividade notarial e registral, e administração do tempo.

Palestra magna foi realizada pelo jornalista Alexandre Garcia e teve como tema "Notários e Registradores - As Ameaças e Oportunidades que Permeiam a Atividade"

VALORIZAÇÃO DA CLASSE NOTARIAL FOI FOCO DO 73º ENCONTRO ESTADUAL DOS TABELIÃES DE NOTAS E PROTESTO DO RS

Objetivo do evento é manter o compartilhamento de experiências e a convivência com os profissionais do Estado

A importância do trabalho dos tabeliães de notas e protestos para a sociedade foi a tônica do 73º Encontro Estadual dos Tabeliães de Notas e Protesto do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre, nos dias 25 e 26 de outubro de 2019.

O propósito dos encontros estaduais organizados pelo Colégio Notarial do Brasil - Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) é manter o compartilhamento de experiências e a convivência, que permeia a atuação da entidade ao longo dos seus 58 anos de existência.

Marco do primeiro ano do tabelião Ney Paulo Azambuja na presidência da entidade, o evento foi uma demonstração clara da valorização da classe pelas mais diferentes instâncias da representatividade da comunidade. E este reconhecimento foi um dos destaques da fala do presidente, que lembrou que "o relacionamento construtivo criado entre a classe extrajudicial e a Corregedoria Geral da Justiça do Estado ampliou o debate entre as partes e trouxe segurança não só para os cidadãos, mas também para os titulares de serventias".

O presidente da entidade gaúcha destacou a importância da atividade, lembrando a atuação dos notários como agentes de prevenção de litígios. E lembrou que o Brasil tem hoje 13.500 cartórios, com 8.270 notários que geram em torno de 130.000 empregos.

Entre os convidados para a abertura, o deputado estadual e presidente da Frente Parlamentar da Justiça Notarial e Registral do Rio Grande do Sul, Elizandro Sabino, enfatizou a importância da atividade, "nas mais longínquas localidades, por vezes a única presença de um órgão público, o que traduz a relevância que o notário exerce nas comunidades". Também mencionou a atuação preventiva dos notários,

"O relacionamento construtivo criado entre a classe extrajudicial e a Corregedoria Geral da Justiça do Estado ampliou o debate entre as partes e trouxe segurança não só para os cidadãos, mas também para os titulares de serventias"

Ney Paulo Azambuja, presidente do CNB/RS



A importância do trabalho de tabeliães de notas e protestos para a sociedade foi a tônica do 73º Encontro Estadual

que contribuem para a desjudicialização, "o que gera celeridade, comodidade para as partes e uma menor onerosidade, fatores esses que enriquecem e valorizam a nobreza da profissão".

O juiz corregedor do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maurício Ramires, ressaltou a construção de uma relação de valorização e de parceria entre a instituição e os cartórios, também enfatizou que a base deste relacionamento não está na atividade fiscalizatória, mas sim no objetivo comum, de prestar o melhor serviço público possível à sociedade. O magistrado reconheceu ainda os investimentos feitos pela classe em digitalização e modernização dos serviços, sempre com foco no atendimento à população e falou sobre a criação da Central de Testamentos (CENSEC) e a da Central de Registro de Imóveis (CRI-RS).

Ramires mencionou ainda a importância da participação dos serviços extrajudiciais no cumprimento do Provimento nº 88/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem como objetivo a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, e o envolvimento de tabeliães e registradores na atualização da Consolidação Normativa Notarial e Registral - CNNR, ressaltando o intenso trabalho realizado em conjunto com as entidades de classe notariais e registrares, organizadas em cinco subcomissões por especialidades de cartórios que participam ativamente da alteração do texto da normativa.

As tendências da era digital também estiveram no foco da programação paralela do encontro, idealizada para atender os colaboradores dos tabelionatos. A plataforma e-notariado, balcão digital e Lei Geral de Proteção de Dados foram alguns dos temas debatidos.

GRUPO DE ESTUDOS NOTARIAIS CHEGA AO SEU 4º ANO COM QUASE 40 EDIÇÕES

Projeto iniciado em 2017 debate temas atuais e de relevância com tabeliães do RS



Grupo reúne-se a cada 15 dias, agora no formato 100% online

Em seu quarto ano de existência, o Grupo de Estudos Notariais, projeto do Colégio Notarial do Brasil - Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) que teve seu início na gestão anterior, encontrou espaço para continuar levando capacitação e debate teórico doutrinário da atividade notarial aos associados da entidade gaúcha durante a gestão do tabelião Ney Paulo Azambuja.

De 2019 a setembro 2020 foram realizadas 18 edições nas versões online e presencial durante o ano de 2019 e apenas online em 2020, devido à pandemia do novo coronavírus. Desde sua criação, em março de 2017, foram realizadas 38 edições do Grupo de Estudos Notariais, com atividade conduzida pela assessora jurídica da entidade Karin Regina Rick Rosa.

"A ideia de fazer um grupo de estudos veio ao encontro deste objetivo e, também, com a finalidade de aproximar os colegas de profissão, que podem participar das discussões online. O resultado desta ação tem sido muito positivo."

Karin Rick Rosa, coordenadora do Grupo de Estudos Notariais



Assessora Jurídica do CNB/RS, Karin Rick Rosa coordena o Grupo de Estudos Notariais

"Nós, do Tabelionato Fischer, agradecemos que, já no primeiro Grupo de Estudos deste ano, o CNB tenha abordado este tema [Reconhecimento de firma em contrato de prestação de serviços de gerenciamento de compra e venda de ativos criptográficos]. Nos sentimos acolhidos pela entidade."

**Simone Bonalume,
1º Tabelionato de Notas
de Novo Hamburgo**

Os encontros acontecem usualmente nas últimas terças-feiras de cada mês e abordam temas importantes e atuais da prática notarial, como reconhecimento de firma, homologação extrajudicial de penhor legal, renúncia de herança no pacto antenupcial, regimes de bens no casamento e na união estável, alienação fiduciária de bem imóvel e sua utilização como garantia, além de vários encontros para debater o Provimento nº 100/2020, que contribuiu para a total digitalização dos atos notariais.

Para a professora Karin Rick Rosa, os encontros são positivos tanto para a entidade quanto para os associados que participam, proporcionando a resolução de dúvidas e a troca de experiências. "A ideia de fazer um grupo de estudos veio ao encontro deste objetivo e, também, com a finalidade de aproximar os colegas de profissão, que podem participar das discussões online. O resultado desta ação tem sido muito positivo".

Participante da primeira edição de 2019, que abordou o tema "Reconhecimento de firma em contrato de prestação de serviços de gerenciamento de compra e venda de ativos criptográficos", a tabeliã substituta do 1º Tabelionato de Notas de Novo Hamburgo, Simone Bonalume, agradeceu a oportunidade oferecida pelo CNB/RS. "Nós, do Tabelionato Fischer, agradecemos que, já no primeiro Grupo de Estudos deste ano, o CNB tenha abordado este tema. Nos sentimos acolhidos pela entidade". Segundo ela, a procura por esse tipo de ato no município do Vale dos Sinos tem aumentado significativamente.

Um dos desdobramentos desta atividade foi a criação de um grupo de discussões no WhatsApp, no qual as dúvidas do dia a dia podem ser discutidas entre eles, com apoio da assessoria jurídica e da assessoria especial da entidade. Hoje o grupo tem mais de 150 participantes extremamente ativos. Por este canal, associados e seus funcionários compartilham experiências e trocam informações sobre a prática notarial.

CONFIRA OS TEMAS ABORDADOS PELO GRUPO DE ESTUDOS DE 2019 A 2020

1ª Edição	Reconhecimento de firma em contrato de prestação de serviços de gerenciamento de compra e venda de ativos criptográficos 26.02.2019
2ª Edição	Homologação extrajudicial de penhor legal 27.03.2019
3ª Edição	Renúncia de herança no pacto antenupcial 30.04.2019
4ª Edição	Os diversos regimes de bens no casamento e na união estável 28.05.2019
5ª Edição	Lei 13.811-2019: repercussões no casamento e na união estável 26.06.2019
6ª Edição	Liberdade econômica e as alterações causadas no Código Civil 30.07.2019
7ª Edição	Alienação fiduciária de bem imóvel e sua utilização como garantia 27.08.2019
8ª Edição	A incidência do ITCMD e conceitos jurídicos 24.09.2019
9ª Edição	Provimento nº 88 26.11.2019
10ª Edição	ME, EI, EIRELI e Sociedade Individual Limitada 10.12.2019
11ª Edição	Atos notariais eletrônicos – 1ª parte 19.05.2020
12ª Edição	Provimento nº 100/2020 do Conselho Nacional de Justiça – 2ª parte 16.06.2020
13ª Edição	Provimento nº 100/2020 do Conselho Nacional de Justiça – 3ª parte 30.06.2020
14ª Edição	Provimento nº 100 do Conselho Nacional de Justiça – 4ª parte 14.07.2020
15ª Edição	Regime da separação obrigatória e causa suspensiva do casamento – como fica a sucessão em união estável? 04.08.2020
16ª Edição	Permuta de fração ideal / terreno por área a ser construída / unidade futura 18.08.2020
17ª Edição	Diferença na partilha de divórcio: cessão/venda ou doação 01.09.2020
18ª Edição	Implicações do Ofício Circular 101/2020 15.09.2020

CNB/RS DÁ CONTINUIDADE AOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA A PRÁTICA NOTARIAL

Projeto iniciado em 2017 teve sequência durante gestão de Ney Paulo Azambuja



Última edição de 2019 foi realizada no dia 5 de outubro, no município de Santo Ângelo (RS), e reuniu cerca de 160 participantes



Realizada no dia 23 de março, a edição de Caxias do Sul (RS) abordou assuntos como redação de escrituras públicas e procurações

Com o objetivo de levar mais conhecimento aos tabeliães de notas do Rio Grande do Sul, o Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) promoveu, durante o ano de 2019, três edições do Curso de Capacitação – Prática Notarial, ministrado pela assessora jurídica do CNB/RS Karin Regina Rick Rosa; pelo assessor Luiz Carlos Weizemann; e pela professora de português Cristiane Schnack.

Os treinamentos dão continuidade às ações da entidade, iniciadas na gestão anterior e estabelecidas pelo planejamento estratégico vigente até 2021, que visam a capacitação dos associados e funcionários dos tabelionatos. Ao longo de 2019, foram realizados cursos em três regiões, com a participação de mais de 300 pessoas.

A primeira edição do ano foi realizada no dia 23 de março, no Samoara Hotel, em Caxias do Sul (RS). O curso abordou, em uma carga horária de cinco horas, assuntos como redação de escrituras públicas e procurações, além de português voltado para a área notarial.

A segunda edição teve foco no Direito de Família, Direito das Sucessões e português para redação e aconteceu no dia 8 de junho, em Lajeado (RS). Cerca de 100 participantes se reuniram no auditório da Universidade do Vale do Taquari (Univates).

Com carga horária de sete horas, o encontro abordou o uso da linguagem para o exercício efetivo da atividade notarial e as regras gerais aplicáveis à atividade notarial do Direito de Família e Direito das Sucessões. Ao final do encontro, foram sorteados seis livros.

Já a última edição do ano foi realizada no dia 5 de outubro, no município de Santo Ângelo (RS), e reuniu cerca de 160 participantes. Para este curso, o CNB/RS contou com o apoio da Associação dos Registradores e Notários do Alto Uruguai e Missões (ARN) e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

Na gestão que agora se encerra "não medimos esforços para estar no máximo de localidades que pudemos, e dar aos colegas do interior o recado de que a diretoria valoriza cada ponto do Estado", afirma o presidente do CNB/RS, Ney Paulo Azambuja.

Antes das edições citadas, o CNB/RS realizou cinco edições dos treinamentos práticos, sempre contemplando diferentes regiões do Estado para disseminar o conhecimento para o máximo de pessoas possível. As primeiras edições do projeto que começou em 2018 ocorreram na cidade de Porto Alegre, Passo Fundo, região do Noroeste, Igrejinha, região da Serra, em Santa Maria, região Central, e Ijuí, região do Alto Uruguai.

PARCERIA ENTRE CNB/RS E WR TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DISPONIBILIZA CURSOS ONLINE PARA ASSOCIADOS

Vídeoulas na área restrita do site beneficia funcionários dos serviços notariais

Parceria firmada entre o Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) e a WR Treinamento e Desenvolvimento em maio de 2019 tem permitindo que a entidade disponibilize um curso online gratuito por mês para os associados e seus funcionários, com emissão de certificados de participação.

Acessível na área restrita do site, os cursos com duração média de 30 a 40 minutos trazem informações e esclarecimentos sobre os assuntos mais solicitados nas interações da assessoria jurídica com os associados.

O presidente Ney Paulo Azambuja salienta a importância do projeto iniciado em sua gestão "para ser mais uma opção de qualificação para os colaboradores dos nossos associados". A aceitação foi tão grande que a Diretoria decidiu reno-

var o contrato, e manter o projeto.

O acordo firmado prevê um curso por mês, com prazo de 30 dias de disponibilização.

Os assuntos abordados até agora foram: Da autenticação e do reconhecimento de firmas; Ata Notarial - Teoria e Prática; Apostilamento, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Testamentos, Pacto Antenupcial, Usucapião Extrajudicial, Diretivas Antecipadas de Vontade, Cláusulas Restritivas nos Testamentos e nas Doações, Mandato, Direito Real de Laje e Contrato de Namoro, Lei Geral de Proteção de Dados e questão tributárias na partilha.

As aulas podem ser acessadas pelo link <http://www.colnotrs.org.br/Tabelionato/Cursos>.

CNB/RS REALIZA CURSO SOBRE PROVIMENTO Nº 88 EM PORTO ALEGRE (RS)

Ação levou orientação a notários e registradores sobre como auxiliar no combate à lavagem de dinheiro

O Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) realizou, em 21 de janeiro deste ano, em Porto Alegre, capital gaúcha, um curso presencial para orientar tabeliães e registradores sobre o Provimento nº 88 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê o auxílio desses profissionais no combate à lavagem de dinheiro.

A professora universitária, advogada e mestre em Ciências Criminais Débora Poeta Weyh foi a palestrante. Weyh explicou a origem da lei de combate à lavagem de dinheiro, Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, como um compromisso de direito internacional assumido pelo Brasil naquele ano. Também salientou que o combate ao ilícito é um mecanismo cobrado em termos internacionais, porque são ações que em muitos casos ultrapassam fronteiras.

Após essa explanação, a professora mostrou as ações que os serviços extrajudiciais precisam ter em funcionamento, com a adoção de política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e processos de compliance; o cadastro de clientes e beneficiários finais; o registro de operações; e as comunicações ao COAF.

A palestrante compartilhou, ainda, uma série de sugestões de como os serviços extrajudiciais podem se ferramentalizar para atender às exigências do Provimento, com sistemas de registro de informações sobre as transações envolvendo pagamentos de qualquer ordem.

Ações da Diretoria sobre o Provimento nº 88

Ao longo de 2019, a Diretoria do CNB/RS também participou de várias reuniões nacionais de discussão sobre a regulamentação que entrou em vigor em 3 de fevereiro de 2020.

Entre as ações de orientação aos associados, a entidade re-



Curso realizado na capital gaúcha reuniu 225 participantes e mostrou as ações que os serviços extrajudiciais precisam ter em funcionamento para o combate à lavagem de dinheiro

alizou, no dia 26 de novembro de 2019, um encontro do Grupo de Estudos Notariais que levou as primeiras orientações aos participantes.

No dia 4 de junho de 2020, o CNB/RS publicou a versão online do Manual Gaúcho de Orientações sobre o Provimento nº 88 do CNJ, disponibilizado no site a todos os associados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA INSTALA FRENTE PARLAMENTAR DA JUSTIÇA NOTARIAL E REGISTRAL DO RS

Evento que reuniu 140 pessoas contou com a presença de notários e registradores do Estado



Frete Parlamentar da Justiça Notarial e Registral do Rio Grande do Sul foi instalada oficialmente no dia 7 de agosto de 2019

Anunciada durante o XIII Encontro Notarial e Registral do Rio Grande do Sul, em maio de 2019, a Frente Parlamentar da Justiça Notarial e Registral do Rio Grande do Sul foi instalada oficialmente no dia 7 de agosto do mesmo ano. O ato contou com a participação de mais de 140 pessoas, dentre parlamentares, presidentes de entidades, notários, registradores, e demais autoridades.

O deputado estadual Elizandro Sabino, que preside a Frente, propôs sua formação, iniciativa que se justifica, segundo ele, pela plena compreensão da dimensão social do trabalho realizado pelos notários e registradores em todo o Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo pela sua presença no dia a dia da vida dos cidadãos. "O objetivo da comissão é debater temas que são extremamente importantes para o interesse público do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que as atividades extrajudiciais proporcionam agilidade e segurança jurídica administrativa", explica.

Na avaliação do presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), Ney Paulo Silveira de Azambuja, "a criação desta instância é a concretização de uma meta antiga das entidades que representam os serviços extrajudiciais, de estar mais próximas da Assembleia Legislativa, inclusive para que os deputados possam compreender melhor a nossa atividade e sua importância para o bem-estar social".

Azambuja acrescentou ainda que o objetivo é poder mostrar de forma transparente aos deputados gaúchos como as atividades notariais e registrais são realizadas, e quais as necessidades do segmento, para que quando houver assuntos ligados à classe sendo discutidos no Parlamento, tenha também um canal de comunicação efetivo com os deputados.

Em entrevista à revista Notariado Gaúcho, o deputado Elizandro Sabino fala sobre a instalação da Frente e também sua importância para a classe notarial e registral e também para o cidadão.

Notariado Gaúcho - Por que o senhor trabalhou pela instalação da Frente Parlamentar da Justiça Notarial e Registral na Assembleia Legislativa?

Deputado Elizandro Sabino - Antes mesmo de ser eleito Deputado Estadual, visitei inúmeros cartórios em todo o Estado e conheci de perto o trabalho desenvolvido pelos Notários e Registradores. Visando o interesse público, identifiquei a necessidade de criarmos um fórum de debates que resultasse em melhorias para a categoria e em consequência à sociedade. Esse também era um anseio defendido pela Arpen, Sindiregis e demais entidades, que resultou na criação e instalação desta Frente Parlamentar.

Notariado Gaúcho - O que o senhor acredita que seja o fator mais importante na criação desta Frente Parlamentar?

Deputado Elizandro Sabino - Destaco o objetivo de fomentar a Justiça extrajudicial como caminho para descomprimir o Judiciário e gerar economia para os cofres públicos, trazendo agilidade e proporcionando segurança jurídica. Trata-se de um fórum de debates parlamentares, juntamente com Judiciário, Executivo, Legislativo e a própria sociedade gaúcha, proporcionando o desenvolvimento da atividade extrajudicial, com desejável reflexo no atendimento ao cidadão.

Notariado Gaúcho - Foi possível obter algum avanço desde a instalação da Frente, em agosto de 2019?

Deputado Elizandro Sabino - No dia 7 de agosto de 2020 completamos um ano de instalação da Frente, e podemos relatar inúmeros pleitos e conquistas para as categorias que hoje são representadas pela Anoreg/RS. Saliento primeiramente que nosso gabinete tem recebido notários e registradores com pautas específicas; assim acompanhamos os Projetos de Lei que versam sobre as atividades extrajudiciais, considerando que também sou membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Participamos da reunião da Frente Parlamentar Nacional em Brasília representando a Frente Parlamentar gaúcha, considerando ser a única Frente Estadual no nosso país. Cabe mencionar nossa gestão a diversas demandas das categorias notarial e registral junto ao Governo do Estado: governador e vice-governador, Casa Civil, Banrisul, Detran, Secretaria da Fazenda, Tribunal de Justiça entre outras, além de atuação junto aos colegas deputados na Assembleia Legislativa.

Notariado Gaúcho - O que está sendo discutido atualmente pela Frente?

Deputado Elizandro Sabino - Nossa agenda do ano de 2020 foi prejudicada pela pandemia. A amostra que reuniria todas as centrais dos serviços notarial e registral e aconteceria na Assembleia Legislativa foi cancelada e acontecerá no ano de 2021. Realizamos diversas reuniões de forma virtual, com resultados muito positivos.

"A criação desta instância é a concretização de uma meta antiga das entidades que representam os serviços extrajudiciais, de estar mais próximas da Assembleia Legislativa, inclusive para que os deputados possam compreender melhor a nossa atividade e sua importância para o bem-estar social"

Ney Paulo Azambuja, presidente do CNB/RS

"O objetivo da comissão é debater temas que são extremamente importantes para o interesse público do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que as atividades extrajudiciais proporcionam agilidade e segurança jurídica administrativa"

Elizandro Sabino, deputado e presidente da Frente Parlamentar da Justiça Notarial e Registral do RS

Notariado Gaúcho - O senhor acredita na Frente Parlamentar como uma ponte para a construção de uma relação entre o Legislativo e os titulares dos serviços extrajudiciais que leve ao melhor entendimento sobre os benefícios dos serviços extrajudiciais para a segurança jurídica da comunidade gaúcha?

Deputado Elizandro Sabino - Os serviços notariais e registrais estão alocados quase na totalidade dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, sendo muitas vezes o único serviço público disponível em localidades mais remotas. A presença de um notário ou registrador nesses locais dimensiona a importância da atividade para o dia a dia dos cidadãos gaúchos. Inexiste praticamente um ato da vida civil que não peça passagem por um serviço notarial ou registral. É comprovado que esse ramo de atividade jurídica está vocacionado para inserir-se nas grandes questões relativas à organização do Estado. Sem dúvida, a Frente Parlamentar é mais um elemento disponível para o permanente diálogo. As discussões sobre a efetividade dos serviços de notas e registros vão saudavelmente envolvendo cada vez mais instituições e elementos da população, e é nesse mister que esta Frente Parlamentar se posiciona.



Deputado Elizandro Sabino: "Identifiquei a necessidade de criarmos um fórum de debates que resultasse em melhorias para a categoria e para a sociedade"

CNB/RS, IRIRGS E COLÉGIO REGISTRAL FIRMAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo entre entidades de classe permite acesso de notários à Central de Registros de Imóveis



Representantes das entidades de classe envolvidas participaram de reunião, no dia 9 de agosto de 2019, para assinatura de acordo

O Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), o Instituto de Registro de Imóveis do Rio Grande do Sul (IRIRGS) e o Colégio Registral do Rio Grande do Sul firmaram, em 9 de agosto de 2019, acordo de cooperação técnica com o objetivo de fornecer aos tabeliães de notas acesso à Central de Registros de Imóveis do Rio Grande do Sul (CRI-RS), mantida pelo IRIRGS.

Conforme estabelecido, os tabeliães poderão realizar conferência e download das certidões adquiridas por particulares e utilizáveis na lavratura de atos notariais, como por exemplo, certidões de inteiro teor e negativas de ônus e ações reais, pessoais e reipersecutórias.

O acordo beneficia os usuários dos serviços extrajudiciais do Estado, com a agilização dos trâmites para a finalização de todos os atos.

Participaram da reunião o presidente do CNB/RS, Ney Paulo Azambuja; o coordenador da CRI e 1º tesoureiro do IRIRGS, Paulo Ricardo de Ávila; o assessor do CNB/RS, Luiz Carlos Weizenmann; o assessor do CNB/RS Léo Almeida e o assessor do IRIRGS e membro da Comissão da CRI, Cassiano Teló.

CNB/RS E OAB/RS ALINHAM CONDUTAS E PROCEDIMENTOS

Abertura de canal direto de comunicação entre as duas entidades marcou encontro



Presidente do CNB/RS, Ney Paulo Silveira de Azambuja, e presidente da OAB/RS, Ricardo Breier, estabeleceram estreitamento do relacionamento entre notários e advogados

O alinhamento de condutas e procedimentos na relação entre tabeliães e advogados no Rio Grande do Sul foi uma das questões trabalhadas pela gestão do tabelião de notas Ney Paulo Azambuja, que esteve à frente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) durante o biênio 2018/2020.

Por solicitação do CNB/RS, foi realizada reunião com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio Grande do Sul (OAB/RS), Ricardo Breier, no dia 18 de setembro de 2019. A proposta foi desenvolver um trabalho de aproximação entre as duas classes, e explicar as motivações pelas quais tabeliães fazem exigências de protocolos e documentos na sua prática diária.

Uma das questões que suscitavam dúvidas no relacionamento entre advogados e tabeliães dizia respeito à obrigação legal de que os tabeliães leiam o inteiro teor de todos os documentos antes de reconhecer firma ou realizarem outros atos. "Quando a gente segura um documento, a gente está tentando preservar todas as partes, inclusive o advogado", explicou o presidente do CNB/RS.

Os dois presidentes estabeleceram o estreitamento do relacionamento das duas classes, com a abertura de canal direto de comunicação entre as duas entidades, agilizando as demandas de toda natureza.

Na ocasião, também participaram da reunião o assessor do CNB/RS Luiz Carlos Weizenmann; e o chefe do gabinete da presidência da OAB/RS, Júlio César Caspani.

"Quando a gente segura um documento, a gente está tentando preservar todas as partes, inclusive o advogado"

Ney Paulo Azambuja, presidente do CNB/RS

MUDANÇA NO ESTATUTO PERMITE QUE INTERINOS SE ASSOCIEM AO CNB/RS

Iniciativa teve como objetivo aumentar a representatividade da entidade

Uma das metas da Diretoria para o período 2018/2020, definida logo após a posse, foi introduzir mudanças no estatuto da entidade que permitissem a participação de interinos no quadro de associados.

"Com um grande volume de serventias sendo coordenadas por interinos, e a impossibilidade estatutária de sua participação, acabávamos perdendo representatividade", afirmou o presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), Ney Paulo Azambuja.

Dessa forma, na assembleia de 2019, o assunto foi colocado em pauta e aprovado por unanimidade.

Outra meta importante estabelecida por Azambuja foi a conquista dos novos titulares empossados a partir de 2018, e que ainda não estavam no quadro de associados. Durante seus dois anos de mandato, o tabelião buscou a adesão dos novos colegas, como forma de manter a representatividade da entidade diante das instituições judiciais, governamentais e sociais.



Assembleia decidiu, por unanimidade, pela inserção dos interinos no quadro de associados da entidade

CNB/RS e Corregedoria Geral do Estado firmaram acordo para que serventias pudessem atender às exigências do Provimento nº 74

Sky Informática foi empresa responsável por desenvolver plano mais acessível para pequenos cartórios

Editado em 2018, o Provimento nº 74 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi um dos assuntos que recebeu atenção da Diretoria ao longo de todo o ano de 2019. Em um trabalho incansável, a partir do início de sua gestão à frente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), Ney Paulo Silveira de Azambuja pleiteou mudanças nos parâmetros de exigências por parte do CNJ quanto as estruturas de segurança nos sistemas de segurança digital das serventias.

No entanto, apesar de todos os esforços das entidades de classe, os níveis de exigência foram mantidos.

Colocado em vigor em 18 de dezembro de 2018, as entidades representativas da classe notarial e registral conseguiram a prorrogação das exigências para março de 2019. A partir desta data, todos os serviços passaram a estar sujeitos ao cumprimento das regras e precisaram se adequar.

Algumas das exigências do Provimento nº 74 do CNJ são de que cada serventia disponha de um sistema de energia estável e rede elétrica devidamente aterrada, link de comunicação de dados mínimo de dois megabits, malote digital local técnico (CPD) isolado dos demais ambientes e unidade de alimentação ininterrupta (nobreak) compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos.

"As serventias médias e grandes conseguiram cumprir as determinações do Provimento 74, mesmo que a maioria com algum sacrifício financeiro, especialmente pelo elevado custo de adquirir um servidor novo e a mão-de-obra especializada para espelhamento do servidor novo com o antigo", explica o presidente do CNB/RS.

"Já os pequenos, que não tinham qualquer condição financeira de bancar as mudanças exigidas pelo Provimento, con-



Diretoria do CNB/RS e Corregedoria Geral do Estado firmaram acordo com Sky Informática para que serventias atendessem às exigências do Provimento nº 74 em projeto coletivo

seguiram o apoio da Corregedoria Geral de Justiça para encontrar um fornecedor que elaborou um projeto de viabilidade técnica que compensasse a não aquisição de mais um servidor por cada serventia, mantendo as atividades com máxima segurança, inclusive com back-up em nuvem e com um preço mensal bem acessível, uma vez que o sistema é compartilhado", complementa Azambuja.

Com isso, os pequenos cartórios conseguiram cumprir as determinações do Provimento, com a concordância e a aprovação da Corregedoria.

MEIOS DIGITAIS TORNAM INTERAÇÃO COM ASSOCIADOS PRATICAMENTE INSTANTÂNEA

Iniciativa teve como objetivo transmitir informações de forma rápida e eficiente



A digitalização das ferramentas de comunicação que o universo da Tecnologia da Informação oferece permitiu que o Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) tornasse sua presença junto aos associados praticamente permanente. A interação com os associados pelas redes sociais foi uma das prioridades colocadas pelo presidente Ney Paulo Azambuja quando assumiu a presidência do Colégio.

Uma das suas solicitações foi de que a assessoria de comunicação da entidade criasse um grupo de transmissão no Whatsapp, por onde os associados recebessem todas as comunicações da entidade. Dessa forma, tudo o que a entidade publica em seu site é enviado a todos os associados pelo grupo CNB/RS News. A ferramenta é um canal direto de compartilhamento entre os colegas e a Diretoria.

Aberto à interação de todos os participantes, o grupo transformou-se em um grande fórum de discussões e solução de

dúvidas. Os questionamentos feitos por titulares de todo o Estado são respondidos por outros colegas, ou pela assessoria do Colégio. Azambuja afirma que quando surgiu a ideia de criar o grupo, imaginavam que teriam uma forma rápida e eficiente de passar informações importantes sobre leis, regulamentações e outras ações que fossem importantes comunicar. "Com o tempo, percebemos a importância deste canal como um espaço de troca de informações e solução de dúvidas, que, no passado, levariam dias e até semanas para serem dirimidas".

Outro canal de discussão, também por meio do Whatsapp, é o Grupo de Estudos Notariais, oriundo do evento mensal coordenado pela assessora jurídica da entidade Karin Rick Rosa. Aberto à participação e à interação, transformou-se em uma forma de dar continuidade às discussões dos encontros mensais.

Com tanta facilidade de interação, a entidade encurtou caminhos entre a dúvida e a resposta. Ao mesmo tempo, o setor de perguntas e respostas do site, que continua mantido, ainda tem um bom número de encaminhamentos. O assessor da diretoria, Luiz Carlos Weizenmann, responde às perguntas que chegam através do site ou por e-mail. No passado, a entidade tinha um vice-presidente de Ensino e Educação, que se encarregava das respostas. O titular do 2º Tabelionato de Novo Hamburgo, Lauro Barreto, que respondeu por esta diretoria por muitos anos, lembra que "as perguntas vinham inicialmente por telefone e por carta, e depois por e-mail, e eram respondidas dentro das possibilidades em termos de agilidade". Hoje, as respostas são encaminhadas no mesmo dia.

"Com o tempo, percebemos a importância deste canal como um espaço de troca de informações e solução de dúvidas, que, no passado, levariam dias e até semanas para serem dirimidas"

Ney Paulo Azambuja, presidente do CNB/RS

CNB/RS PARTICIPA DO LANÇAMENTO DA NOVA CNNR

Normativa é resultado de trabalho desenvolvido entre entidades de classe e Corregedoria Geral da Justiça do Estado

Resultado de 14 meses de trabalho realizado por uma comissão com a participação de todas as partes envolvidas, a nova Consolidação Normativa Notarial e Registral - CNNR - do Rio Grande do Sul foi colocada em vigor em 2 de março de 2020 pelo Tribunal de Justiça do Estado do RS (TJ/RS), por intermédio da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (CGJ/RS).

O presidente do CNB/RS, Ney Paulo Azambuja, chama a atenção para o intenso trabalho desenvolvido pela entidade durante mais de um ano, no processo de revisão do documento. O objetivo da renovação da Consolidação foi acrescentar atos que passaram a fazer parte das duas atividades.

Azambuja enfatiza a dedicação do colega Ricardo Guimarães Kollet, conselheiro fiscal do CNB/RS e presidente da Escola Notarial e Registral - Enore, que participou de todas as reuniões da subcomissão e coordenou o encaminhamento das propostas da entidade, realizando encontros com colegas e com a Diretoria para chegar ao texto ideal.



Nova CNNR foi lançada em 2 de março de 2020 durante solenidade realizada no Palácio da Justiça



No lançamento do documento, em solenidade realizada no Palácio da Justiça, a corregedora-geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, desembargadora Denise Oliveira Cezar, elogiou o trabalho coordenado pelo juiz-corregedor, Maurício Ramires, e todos os que se empenharam na elaboração do documento, que foi pensado de uma forma que fique clara a qualquer cidadão, enfatizou a corregedora.

Denise de Oliveira Cesar e Maurício Ramires salientaram a importância do desenvolvimento conjunto, em uma demonstração de confiança mútua entre a Justiça e as entidades que representam tabeliães e registradores.

A nova versão da CNNR foi lançada no ano em que a primeira edição completa 30 anos - esta é a quarta edição do documento, que há 14 anos vinha sofrendo alterações pontuais, de acordo com a introdução da digitalização dos serviços, até passar por uma revisão geral.

Trabalho realizado em conjunto demonstra confiança mútua entre a Justiça e as entidades que representam tabeliães e registradores





PROJETO DE VISITAS A TABELIONATOS DO ESTADO É MANTIDO DURANTE GESTÃO 2018/2020

Iniciativa busca mais integração e conhecimento da realidade dos notários gaúchos

Implementado em 2013, pelo Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), o projeto das visitas aos tabelionatos do Rio Grande do Sul tem sido uma importante ferramenta de integração e de conhecimento da realidade dos notários gaúchos.

Com mais de 200 cidades visitadas, a prática "tem sido uma grata satisfação, pela recepção que temos, pela troca de experiências e pela interação com colegas de todos os cantos do Rio grande do Sul", afirma o presidente Ney Paulo Azambuja, que, mesmo antes de ser presidente do CNB/RS, como um dos membros da Diretoria, sempre se esforçou para participar das comitivas de visitas.

Para 2020, a Diretoria programou oito roteiros para serem cumpridos de janeiro a novembro. Mas a chegada da pandemia do novo coronavírus permitiu que apenas as visitas do mês de janeiro fossem realizadas. Esta foi uma das perdas importantes da gestão, lamenta o presidente, "porque com isto a nova diretoria terá que acelerar o processo para cumprir a meta de passar por todo o território do Estado até o aniversário de 60 anos da entidade"

Março de 2019: Região de Santo Antonio da Patrulha



Nos dias 21 e 22 de março de 2019, a diretoria fez um roteiro intenso de visitas na região de Santo Antonio da Patrulha e Serra, passando por treze localidades.

"Tem sido uma grata satisfação, pela recepção que temos, pela troca de experiências e pela interação com colegas de todos os cantos do Rio grande do Sul"

Ney Paulo Azambuja, presidente do CNB/RS

A comitiva iniciou o roteiro por Santo Antonio da Patrulha, onde foram recepcionados pela tabeliã Ana Valeska Baierte e sua equipe. A próxima parada foi na localidade de Caraá, recebidos pelo interino Marcus Vinicius Pospichil Knevitz. De lá, foram conhecer o distrito de Miraguaia, que tem como titular a tabeliã Isabel Cristina de Avila Silva, que também tem o registro Civil e CRVA. Na parte da tarde, o grupo seguiu para Rolante, onde foram recebidos pelo tabelião Eduardo Kindel, que responde também por notas, protestos, Registro Civil, CRVA, Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica. Em Taquara, o grupo foi recepcionado pela titular, Dêlcia da Silva.

Igrejinha foi o próximo destino da comitiva, recebidos pelo tabelião Delair Moreira Lima. Em Três Coroas, o tabelião Rui Pedro Selbach aguardava a visita. O grupo continuou subindo



a Serra, chegando a Gramado, no serviço de Waldemar Zortea, que responde ainda por Registro Civil e CRVA.

No dia 22 de março, a primeira visita foi ao Tabelionato de Canela, ao tabelião José Hildor Leal. Seguindo o roteiro, foram a São Francisco de Paula, recebidos pelo tabelião Luis Osório Cardoso de Moraes. Ainda na Serra, o grupo foi até Cambará do Sul, onde conheceram o tabelionato coordenado pela interina Daiane Aparecida Kippel de Lima. Em Jaquirana, o grupo foi recepcionado pelo tabelião Paulo Roberto Lopes. O distrito de Cazuza Ferreira, que pertence a São Francisco de Paula, distante 120 km da sede, foi o último compromisso do dia, recebidos pelo substituto, Maciel Ferrari.

No dia 23 o grupo participou do Curso de Capacitação em Caxias do Sul.

Junho de 2019: Diretoria esteve na região de Lajeado



Nos dias 5, 6 e 7 de junho de 2019, a Diretoria visitou 22 cidades e 24 serventias nas cidades de Paverama, Teutônia, Imigrantes, Colinas, Roca Sales, Arroio do Meio, Estrela, Bom Retiro do Sul, Lajeado, Encantado, Muçum, Nova Bréscia, Relvado, Anta Gorda, Putinga, Ilópolis, Arvorezinha, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Bela Vista do Fão, Progresso, Marques de Souza.

O grupo partiu de Estância Velha, direto para Paverama, onde eram aguardados pelo tabelião Mauro Luiz de Lima, que também é registrador civil de pessoas naturais e tem CRVA. Próxima parada foi a cidade de Teutônia, onde foram recebidos pela substituta do tabelião Jozué da Silva Pereira. Ainda em Teutônia, o grupo visitou o tabelião de protestos e também registrador público Paulo Ricardo de Ávila. Na sequência, foram a Imigrantes, onde a tabeliã Indiara Maria dos Santos de Almeida

os aguardava. Colinas foi o próximo destino, onde foram recebidos pela tabeliã Janice Maria Wermann, que responde ainda pelo tabelionato de protestos, RCPN, RTD e RCPJ. Em Roca Sales, o tabelião de notas e protestos Gilberto Moraes do Nascimento recebeu o grupo, mostrando suas instalações. Próxima parada do primeiro dia de visitas foi a cidade de Muçum, onde eram aguardados pela tabeliã Marisiane Lúcia Pretto Feltz, que responde por notas, protestos, RCPN, RTD e RCPJ. Em Arroio do Meio, o grupo foi recebido pela substituta, Luciana Schmidt, designada em função da aposentadoria do tabelião, desde 2015. Na cidade de Estrela, os funcionários do tabelião Silvío Pires Kruger receberam o grupo. Na mesma cidade, a comitiva visitou o Tabelionato de Protestos, onde a titular Liani Leonhardt responde ainda pelo Registro Civil, de RTD e RCPJ. Em Bom



Retiro do Sul, o tabelião Juremir Vicente Fontana os aguardava, e na sequência a visita foi ao registrador Claudio Nunes Grecco, que tem o serviço ao lado do tabelionato. No Tabelionato de Lajeado, foram recebidos por Wilson Klein, que responde pelo serviço desde 1971.

Nova Bréscia foi o primeiro destino do segundo dia de visitas, onde foram recebidos pelo tabelião Maurício Vannoni Pereira. Seguiram para Relvado, recebidos pelo titular Gilson Luis Delazeri, que acumula protestos, RCPN, RTD, RCPJ e o CRVA. Em Anta Gorda, a tabeliã Vanda Maria Celso Press mostrou as instalações do tabelionato de notas, RCPN, RTD e RCPJ. No destino seguinte, Ilópolis, eram esperados pela tabeliã, Cristini Lucena Hettwer. Em seguida, a visita seria à titular do Tabelionato de Putinga, Aline Arosi, substituta designada. Em Arvore-

zinha, a tabeliã Tatiane Sander aguardava o grupo. Na cidade de Fontoura Xavier, conheceram o tabelionato coordenado por Paulo Rosimar Dornelles de Menezes, que também responde pelo serviço em Pouso Novo. No Tabelionato e RCPN de Santa Maria do Herval, foram recebidos pelos funcionários de Cristini Hettwer. Em Pouso Novo, o tabelião Paulo Rosimar Dornelles de Menezes recepcionou a diretoria do Colégio Notarial. Em Bela Vista do Fão, foram recebidos pela equipe da tabeliã Jusara de Sá. Marques de Souza foi a última cidade do roteiro, onde a comitiva foi acolhida pelo tabelião Aquelino Gheno, que é também registrador civil e possui o CRVA.

No sábado, a comitiva do Colégio Notarial participou em Lajeado do Curso de Português, Direito de Família e Direito das Sucessões.





Janeiro de 2020: Litoral



No dia 24 de janeiro, quando ainda não se falava em pandemia, o CNB/RS fez aquele que seria o primeiro de oito roteiros em 2020, para quatro cidades do Litoral: Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Palmares do Sul e Xangri-Lá. A comitiva teve a participação do presidente Ney Paulo Azambuja; dos tesoureiros Danilo Alceu Kunzler e Marcos Cunha Lima; e do assessor da Diretoria Luiz Carlos Weizenmann.

A primeira visita foi feita a Morrinhos do Sul, onde Juliani Dalpiaz Haizenreder atua por designação, respondendo por notas, e registro civil das pessoas naturais. Como o titular não estava, os colaboradores convidaram o antigo titular, Itamar Borges, que foi titular na cidade de 1964 a 1999.

Em Terra de Areia, a comitiva conheceu o serviço que tem como titular o coreano naturalizado brasileiro Min Kium Kim, que

veio de São Paulo para assumir o serviço em maio de 2018.

De lá, a comitiva partiu para Palmares do Sul, onde a equipe do tabelionato coordenado pela tabeliã Juliana Wegener recebeu a diretoria da entidade.

O roteiro foi encerrado na cidade de Xangri-Lá, onde a primeira visita foi à tabeliã Rafaela Duarte Mendonça Chede, que assumiu a serventia em fevereiro de 2018. Com 15.000 habitantes, que aumentam exponencialmente no verão, o município tem 35 condomínios fechados, e por isto é considerado a capital da América Latina neste tipo de empreendimento. Xangri-Lá exibe outro título - possui a maior arrecadação per capita de impostos no Brasil.

À noite, a Diretoria realizou uma reunião ordinária, em Atlântida, para a qual convidaram todos os titulares das cidades do Litoral.

CNB/RS TRAÇA ESTRATÉGIAS PARA AUXILIAR TABELIÃES DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Isentar associados de pagamento de mensalidades foi uma das primeiras ações da Diretoria da entidade



O anúncio de que um vírus percorria o mundo e chegava ao território brasileiro colocou todos em alerta no mês de março. O presidente Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), Ney Paulo Azambuja, lembra que, no ano de 2020, houve apenas duas reuniões oficiais de Diretoria - uma no dia 24 de janeiro, em Xangri-Lá, e outra em 10 de março, na sede em Porto Alegre.

No dia 20 de março, o governo estadual determinou que as empresas paralisassem as atividades por 15 dias para promover o isolamento social que o sistema de saúde necessitava para não colapsar diante de uma possível disseminação do vírus. Neste período, assim como as serventias, o CNB/RS também fechou, retornando no dia 2 de abril, quando o Tribunal de Justiça autorizou que os serviços extrajudiciais retornassem com o atendimento, em sistema de plantão, com horários e números de colaboradores reduzidos e com várias regras de distanciamento entre clientes.

"Foram tempos de muito trabalho na entidade. Embora estivéssemos todos fora de nossos serviços, as demandas dos colegas, que tinham muitas dúvidas e cobravam da entidade a negociação com as autoridades, nos levou a realizar muitas reuniões virtuais, contatos por telefone, até chegarmos à solução que foi colocada em prática em 2 de abril"

Ney Paulo Azambuja, presidente do CNB/RS

"Foram tempos de muito trabalho na entidade. Embora estivéssemos todos fora de nossos serviços, as demandas dos colegas, que tinham muitas dúvidas e cobravam da entidade a negociação com as autoridades, nos levou a realizar muitas reuniões virtuais, contatos por telefone, até chegarmos à solução que foi colocada em prática em 2 de abril", lembra o presidente. "Entramos julho com restrição em atendimentos, com clientes sendo obrigados a esperar em filas que há décadas não se via".

Uma das primeiras decisões da Diretoria foi isentar os associados de pagamento de mensalidades no período de março a agosto. A medida foi justificada no comunicado enviado aos associados como uma forma de amenizar os danos frente à pandemia do novo coronavírus.

Uma das decisões que a Diretoria teve que tomar foi suspender todas as atividades presenciais da classe para o ano. Entre elas todas as edições do Curso de Práticas Notariais que seriam realizados ao longo de 2020, sete dos oito roteiros de visitas aos associados no Estado, o Simpósio Notarial sobre o Provimento Nº 88 e CNNR, que aconteceria no dia 28 de março, em Santa Maria; o XIV Encontro Notarial e Registral do Rio Grande do Sul, que seria realizado em Gramado em maio, e o 74º Encontro Notarial do Estado, que seria realizado em outubro.

Todos os meses de cerceamento das atividades presenciais contribuiu para o desenvolvimento da digitalização das atividades como cursos, grupos de estudos e a realização de reuniões. A expectativa é de que no retorno das atividades consideradas normais, "a gente possa manter uma agenda de eventos virtuais, oportunizando a colegas de todo o Rio Grande do Sul maior frequência na interação com as atividades da entidade", acredita Azambuja.

CENTRAL DE ATOS NOTARIAIS DO CNB/RS VIABILIZA SISTEMA DE QR-CODE EM CARTÓRIOS GAÚCHOS

Exigido pela Corregedoria, sistema permite a conferência da autenticidade de atos notariais

Exigido pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (CGJ/RS) para atender determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as serventias extrajudiciais tiveram que implementar um sistema de QR-Code em todos os documentos emitidos a partir de atos realizados em seus serviços.

Para fazer frente à nova imposição, o Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) propôs à Corregedoria que fosse usada a plataforma que havia sido criada para a Central de Atos Notariais, transformando os dados armazenados em um sistema de registro de todas as informações relativas a cada ato praticado no Estado, criando, assim, o Sistema de Conferência da Autenticidade dos Atos Notariais, ferramenta que atende à solicitação do Tribunal de Justiça do Estado.

O sistema desenvolvido pela Sky Informática para os tabelionatos gaúchos permite que todo ato lavrado em serventias extrajudiciais possa ser impresso com uma chave de autenticidade que faz referência ao selo digital que foi utilizado. Junto com a chave de autenticidade, é impresso um QR-Code, que direciona a consulta do selo digital para o portal do Tribunal de Justiça do Estado. Com isto, todos os atos praticados pelos tabelionatos são enviados para um servidor especial de interface, que faz a autenticação.

O sistema é importante para o usuário, que terá segurança de acesso a informações sobre a autenticidade de qualquer ato, em qualquer lugar do Brasil. O QR-Code possibilita a leitura do documento, que poderá ter o espelho enviado pelo Colégio Notarial, conferindo a autenticidade.

CNB LUTA PELA COMUNICAÇÃO DE VENDA DE VEÍCULOS NO ATO DA TRANSMISSÃO

Objetivo do pleito é beneficiar usuários dos serviços a partir da união dos registradores civis, tabeliães de notas e Detran/RS

Um dos projetos de grande importância trabalhado ao longo de 2019 e 2020 é o que discute mudanças na forma de comunicação da venda de veículos. A proposta do Colégio Notarial do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Rio Grande do Sul (Arpen/RS) é de que as comunicações de vendas de veículos passem ser realizadas diretamente nos tabelionatos de notas, automaticamente no ato da transmissão, e não mais nos CRVAs.

Com a aprovação da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (CGJ/RS), foi implementado o projeto-piloto para colocar a ideia em prática.

O objetivo do pleito é beneficiar os usuários dos serviços a partir da união dos registradores civis, tabeliães de notas e o Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran/RS).

Pela proposta, os tabeliães enviarão a informação para uma central informatizada, onde as comunicações serão redirecionadas aos Centros de Registros de Veículos Automotores (CRVAs) e ao Detran/RS.

A iniciativa tem como objetivo poupar tempo dos clientes, já que o processo de compra e venda de veículos se tornará mais fácil, e também de evitar multas administrativas que os condutores têm recebido por não realizarem a comunicação da venda dentro do prazo estabelecido de 30 dias.



CNB/RS e Arpen/RS trabalham conjuntamente pelas mudanças na forma de comunicação da venda de veículos no Estado

CNB/RS RENOVA ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA REORGANIZAÇÃO DO ACERVO IMOBILIÁRIO DO GOVERNO DO ESTADO

Iniciativa dá continuidade a projeto que já tem mais de 8.000 imóveis cadastrados



Entidades de classe reúnem-se com Corregedoria do Estado para renovação de acordo que visa a reorganização do acervo patrimonial imobiliário do Estado

A filosofia do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) é manter uma política de alinhamento com todas as instâncias da sociedade. Dentro deste espírito, a entidade assinou, em 29 de novembro de 2019, a renovação do acordo de cooperação técnica para a reorganização do acervo patrimonial imobiliário do Estado, junto com Colégio Registral do Rio Grande do Sul, Instituto de Registro Imobiliário do Rio Grande do Sul (IRIRGS), Sindicato dos Serviços Notariais do Estado do Rio Grande do Sul (Sindinotars) e Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindiregis). O acordo prevê a continuidade da parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/RS) e com a Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag/RS), para a organização.

O propósito é dar continuidade à organização da estrutura patrimonial do Estado, que já tem mais de 8.000 imóveis cadastrados.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Denise de Oliveira César, salientou a importância do comprometimento dos serviços extrajudiciais, "que contribuem de forma gratuita neste trabalho de suma importância para conhecer a história do Estado, e para evitar transtornos para o governo e para a sociedade".

Os presidentes do CNB/RS, Ney Paulo Silveira de Azambuja, e do Colégio Registral, João Pedro Lamana Paiva, lembraram que o acordo foi ideia dos próprios notários e registradores, quando da primeira assinatura, em 2008. Azambuja salientou o propósito dos tabeliães de contribuir para as demandas do Executivo Estadual.

Representando a Seplag/RS, o secretário adjunto de Gestão, Marcelo Alves, afirmou que o acordo permitirá a organização de mais de 8.000 matrículas de imóveis pertencentes ao governo do Estado.

CNB/RS ADERE À CAMPANHA CARTÓRIOS DO BEM

Iniciativa da Anoreg/RS e do Fórum de presidentes, campanha doa mantimentos para comunidades carentes do Estado



Notários e registradores gaúchos uniram-se para fazer doações ao Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul

Lançada em 6 de abril de 2020, a campanha "Cartórios do Bem - Notários e Registradores Contra o Coronavírus" é uma iniciativa do Fórum de Presidentes e da Associação dos Notários do Rio Grande do Sul - Anoreg/RS, com o objetivo de fazer uma ação coletiva em benefício das comunidades carentes do Rio Grande do Sul.

O Colégio Notarial do Brasil - Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) aderiu à campanha que tem como objetivo arrecadar produtos de higiene e itens da cesta básica para encaminhar ao Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, para distribuição em todo o território estadual. As doações estão sendo distribuídas para pessoas que perderam sua renda em função da pandemia do coronavírus.

A campanha criou uma conta específica para que os colegas pudessem fazer suas doações que serão encaminhadas diretamente ao Banco de Alimentos.

Tabeliães e registradores dos 497 municípios gaúchos estão sendo provocados a incentivar familiares, amigos e funcionários a continuar suas doações até o final da pandemia.

A escolha do Banco de Alimentos para canalizar as doações ocorreu porque a instituição tem uma estrutura física com equipamentos, parceiros de logística e pessoal qualificado para distribuir as arrecadações, que são feitas com base em cadastros das unidades regionais da entidade.

Até o final de agosto, a campanha tinha entregue 100 colchões e 100 cobertores para a região das ilhas que foram afetadas por alagamentos. As duas instituições doaram o valor R\$ 20 mil ao Asilo Padre Cacique.

Ao Banco de Alimentos foram feitas duas entregas - uma com 6.154 cestas básicas de 17 quilos, totalizando 105 toneladas de alimentos, e uma segunda entrega com 828 cestas básicas, desta vez totalizando 10.676 quilos de mantimentos.

TRABALHO DO CNB/RS FOI AMPLAMENTE DIVULGADO NA MÍDIA DURANTE GESTÃO 2018/2020

Total de mídia espontânea economizou mais de R\$ 1,5 milhão se mesmo espaço tivesse que ter sido adquirido em anúncios publicitários

Em dois anos de gestão do tabelião Ney Paulo Azambuja à frente da Diretoria do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), a entidade apresentou um importante progresso como fonte de informação na imprensa gaúcha, tornando-se referência para assuntos voltados a divórcios, transferência de bens, além da digitalização dos serviços prestados pelos Tabelionatos de Notas, que avançou significativamente após o decreto do isolamento social devido à pandemia do coronavírus.

Entre 2019 e 2020, foram cerca de 100 notícias positivas sobre os serviços realizados pelos Tabelionatos de Notas do Rio Grande do Sul. A ocupação desses espaços, convertido para valores em espécie, seguindo a tabela de preços para anúncios publicitários, exigiria um investimento total de R\$ 1,572 milhão.

A mídia espontânea, com inserções nos principais veículos de comunicação gaúchos, como RBS TV, RDC TV, Rádio Bandeirantes, Globo, Gaúcha ZH, Rádio Gazeta, AU Online, Diário Popular, Jornal do Comércio, dentro outros, economizou, durante os dois anos da atual Diretoria, cerca de R\$ 100 mil em receitas publicitárias.

TABELIONATO GAÚCHO

Em ações voltadas ao público externo, a atual Diretoria deu continuidade à campanha Tabelionato Gaúcho, criada em 2017, com o objetivo de apresentar as atividades realizadas pelos Tabelionatos de Notas, visando conscientizar a população sobre a importância dos atos realizados nos cartórios, esclarecer as dúvidas sobre os serviços atribuídos a cada especialidade e reforçar a segurança e autenticidade que os atos agregam em diferentes situações do cotidiano.

Com o slogan "No Tabelionato, você resolve no ato!", o projeto aproxima a população das atividades notariais e oferece uma nova visão sobre como os serviços são feitos, trazendo informações que guiam o cidadão sobre como solicitar determinado ato.

Com este objetivo, a iniciativa foi estruturada por meio de divulgações nas principais rádios do Estado, reforçada diretamente pela internet, por meio do site e das redes sociais, com diferentes conteúdos que destacam as características da função notarial, as especificações de cada ato e sua importância para a segurança jurídica do cidadão.

RÁDIO DIFUSORA AM
24H NO AR
BENTO GONÇALVES

Notícias - Política - Segurança - Turismo - Esporte - Cultura - Vídeos - Contato - AO VIVO

Você está aqui: Home > Economia/Empresarial > Cartórios de Notas do RS registram recorde de divórcios nos últimos trimestres dos anos

CARTÓRIOS DE NOTAS DO RS REGISTRAM RECORDE DE DIVÓRCIOS NOS ÚLTIMOS TRIMESTRES DOS ANOS

14/10/2019 | Jornalismo 890

26,8% de descasamentos acontecem nos meses de outubro a novembro anualmente. Desde a edição da Lei de 2007, que permitiu a realização de divórcios em Cartórios de Notas, Estado já realizou um total de 76.480 atos

Dados estaduais disponibilizados pela Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), base de dados que congrega todos os atos praticados pelos Cartórios de Notas do país, apontam que nos últimos quatro anos os gaúchos se divorciaram mais no último trimestre do ano.

Contados os últimos três meses do ano entre 2015 e 2018, os Cartórios de Notas registraram um total de 7,2 mil divórcios no Rio Grande do Sul. O recorde se deu no ano passado, com 1.929 atos praticados nos Tabelionatos de Notas.

A quantidade de divórcios realizados no período dos últimos quatro anos representou 26,8% do total de divórcios nesses anos no Estado, mostrando uma tendência elevada de descasamentos de outubro a dezembro. Entre 2015 e 2018 foram realizados 26.859 divórcios no território gaúcho, já o primeiro trimestre, com 6.312 divórcios nos últimos quatro anos, é o que menos contabiliza registros no ano.

"Até o advento da Lei nº 11.441 de 2007, o divórcio era feito somente por via judicial. A partir desta legislação, houve a possibilidade do ato ser feito diretamente no Cartório de Notas, desde que seja de comum acordo e que o casal não possua filhos menores. Acompanhado por um advogado, a escritura de divórcio pode ser feita no mesmo dia, enquanto na justiça poderia levar meses e até anos", explica o presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), Ney Paulo Azambuja.

Números altos
Em 2015, os meses de outubro, novembro e dezembro também atingiram números altos, totalizando 1.782 divórcios naquele ano, enquanto o primeiro trimestre do ano registrou apenas 1.598. Já em 2016, o primeiro trimestre do ano foi o que registrou menos divórcios, com 1.546, enquanto o último contou com 1.767. Em 2017, novamente os meses outubro, novembro e dezembro registraram a maior quantidade, 1.722, enquanto o primeiro trimestre teve a menor quantidade de atos, 1.585.

Divórcio em cartório
Os requisitos para o divórcio extrajudicial são poucos. É necessário que haja consenso entre as partes - ambos estejam de acordo com o fim da união -; ausência de filhos menores ou incapazes e pelo menos um advogado para o casal, podendo haver também um para cada parte. O divórcio é realizado por meio de escritura pública, no Tabelionato de Notas, e depois deve ser levado ao Registro Civil para a averbação no livro de registro civil das partes.

FIM DO CASAMENTO

Número de divórcios no Rio Grande do Sul é maior no último trimestre do ano

Dados do Colégio Notarial do Brasil sinalizam que, de 2015 a 2018, os meses de outubro a dezembro foram os que mais registraram dissoluções matrimoniais no Estado

05/11/2019 - 14h22min Atualizada em 06/11/2019 - 07h27min

CAMILA KOSACHENCO

DIÁRIO POPULAR

ASIM (restrito)

Cartórios

Chegou o período de divórcios no Rio Grande do Sul

26,8% do fim das relações acontece de outubro a dezembro no Estado

(index.php?tipo=ing&id=MJ4NDk1&trm=s&sm=1280&cache=sm&2)

Cenário é observado desde 2015 (foto: Divulgação)

Dados estatísticos disponibilizados pela Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), base de dados que congrega todos os atos praticados pelos Cartórios de Notas do país, apontam que nos últimos quatro anos os gaúchos se divorciaram mais no último trimestre do ano.

Contados os últimos três meses do ano entre 2015 e 2018, os Cartórios de Notas registraram um total de 7,2 mil divórcios no Rio Grande do Sul. O recorde se deu no ano passado, com 1.929 atos praticados nos Tabelionatos de Notas.

A quantidade de divórcios realizados no período dos últimos quatro anos representou 26,8% do total de divórcios nesses anos no Estado, mostrando uma tendência elevada de descasamentos de outubro a dezembro. Entre 2015 e 2018 foram realizados 26.859 divórcios no território gaúcho, já o primeiro trimestre, com 6.312 divórcios nos últimos quatro anos, é o que menos contabiliza registros no ano.

"Até o advento da Lei nº 11.441 de 2007, o divórcio era feito somente por via judicial. A partir desta legislação, houve a possibilidade do ato ser feito diretamente no Cartório de Notas, desde que seja de comum acordo e que o casal não possua filhos menores. Acompanhado por um advogado, a escritura de divórcio pode ser feita no mesmo dia, enquanto na justiça poderia levar meses e até anos", explica o presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), Ney Paulo Azambuja.

Números altos
Em 2015, os meses de outubro, novembro e dezembro também atingiram números altos, totalizando 1.782 divórcios naquele ano, enquanto o primeiro trimestre do ano registrou apenas 1.598. Já em 2016, o primeiro trimestre do ano foi o que registrou menos divórcios, com 1.546, enquanto o último contou com 1.767. Em 2017, novamente os meses outubro, novembro e dezembro registraram a maior quantidade, 1.722, enquanto o primeiro trimestre teve a menor quantidade de atos, 1.585.

Divórcio em cartório
Os requisitos para o divórcio extrajudicial são poucos. É necessário que haja consenso entre as partes - ambos estejam de acordo com o fim da união -; ausência de filhos menores ou incapazes e pelo menos um advogado para o casal, podendo haver também um para cada parte. O divórcio é realizado por meio de escritura pública, no Tabelionato de Notas, e depois deve ser levado ao Registro Civil para a averbação no livro de registro civil das partes.

Serviços apresentados pelo Tabelionato Gaúcho (www.tabelionatogaucho.com.br)

ATA NOTARIAL:

Documento em que o tabelião transcreve fielmente um fato por ele presenciado, visando comprovar a sua existência ou o seu estado.

APOSTILAMENTO:

Certificado que atesta a autoria do emissor de um documento público nacional para que tenha validade no exterior, desde que o País seja integrante da Convenção da Apostila da Haia.

DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO:

Oficializa a anulação do contrato de casamento. Para solicitar o serviço, as partes precisam estar em acordo e não podem possuir filhos menores de idade e/ou incapazes.

ESCRITURA PÚBLICA:

Atesta informações apresentadas no papel e de acordo com os preceitos da lei sobre um ato ou negócio jurídico. O documento dá validade formal ao ato realizado entre as partes.

INVENTÁRIO E PARTILHA:

O inventário é feito para apurar bens, direitos e dívidas de uma pessoa falecida. A partilha formaliza uma posterior divisão entre os herdeiros e/ou sucessores.

UNIÃO ESTÁVEL:

Declaração de relacionamento em ato que concede direitos e deveres. Para oficializar o ato é preciso comprovar que existe relação afetiva duradoura, pública e com o objetivo de constituir família.

DIREITO DE LAJE:

Trata-se de um direito real sobre coisa alheia - com amplitude considerável, mas que com a propriedade não se confunde -, limitado à unidade imobiliária autônoma erigida acima da superfície superior ou abaixo da superfície inferior de uma construção original de propriedade de outrem.

PACTO ANTENUPCIAL:

É o contrato feito entre os noivos com o propósito de estabelecer o regime de bens que vigorará após o casamento.

USUCAPIÃO:

Forma de aquisição de propriedade de bem móvel ou imóvel pelo exercício de posse mansa e pacífica, prolongada e ininterrupta por prazos especificados na legislação civil vigente.

NOTÁRIO NO MUNDO:

O tabelião de notas é um profissional do direito que existe em 87 países. Com ele, dois terços da população mundial têm segurança jurídica para negócios e proteção de bens em 15 países do G20, 22 nações da União Europeia e em sete entre as dez maiores economias do mundo.



Tabelionato Gaúcho: Onde ouvir?

RÁDIO BANDNEWS

Programa BandNews no Meio Dia
segunda a sexta-feira, das 12h às
13h Com André Machado

RÁDIO GAÚCHA

Programa Gaúcha Atualidade
segunda a sexta-feira das 8h10 às
10h Com Daniel Scola

RÁDIO PAMPA

Programa Gaúcha Atualidade
segunda a sexta-feira das 8h10 às
10h Com Daniel Scola

DO MENOR INCAPAZ COMO SÓCIO DE PESSOA JURÍDICA E ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Luiz Carlos Weizenmann



Este é um tema que tem gerado constantes debates, especialmente no que tange à representação do incapaz nas decisões internas da empresa quando da oneração ou venda de imóveis.

Os absolutamente incapazes são aqueles previstos no art. 3º do Código Civil, quais sejam os menores de dezesseis anos. A representação dos filhos menores compete aos pais, conforme art. 1634:

Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

(Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)

(...)

VII **representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesseis) anos**, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, **suprindo-lhes o consentimento**;

(Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014) (grifei)

O direito de empresa encontra-se regulado nos art. 966 e seguintes e a capacidade para exercer a atividade de empresário no Capítulo II do Título I. O §3º do art. 974 determina que as Juntas Comerciais "devem" registrar contratos ou alterações contratuais que envolvam sócios incapazes, e estabelece a forma de representação:

Art. 974 (..)

§3º O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais **deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos**:

(Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)

I **o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade**;

(Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)

II **o capital social deve ser totalmente integralizado**;

(Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011)

III o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o **absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais**.

(Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011). (grifei)

Como se pode ver o menor incapaz pode ser sócio de empresa, mas com restrições como o impedimento para exercer administração. A representação se dará por seus representantes legais (inciso III). Neste caso, os pais (art. 1634, VII) e na falta destes o tutor (art. 1728, I).

Sendo assim, em todas as deliberações, desde a assinatura do contrato social, os pais representarão o filho, na forma do art. 1010 do CC.

Lembre-se que o Código Civil estabelece que aplica-se à atividade dos administradores, no que couber, as disposições concernentes ao mandato (art. 1011, §2º), portanto, para alienação de bens imóveis, não sendo este o objeto social da empresa, o administrador deve ter poderes expressos no contrato social (art. 661, §1º).

Caso o administrador não tenha poderes expressos, dependerá de deliberação dos sócios para que possa efetuar a alienação, na forma do que dispõe o art. 1015: "No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade; não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende do que a maioria dos sócios decidir."

Portanto, a maioria dos sócios, e não a maioria do capital social, deverá decidir quanto à alienação do imóvel.

Neste caso, em havendo sócio incapaz, os pais do menor serão seus representantes e decidirão ou não pela alienação.

Não há que se falar em alvará judicial. Este é ponto. Ouve-se muito que em sendo ele menor haveria necessidade de autorização do juiz. Acontece, no entanto, primeiramente, que o imóvel não pertence ao menor e sim à empresa. Ele possui quotas da empresa. Segundo, que os pais são seus legítimos e legais representantes, com poderes para todas e quaisquer deliberações da empresa, inclusive a alienação de bens.

Desta forma, quando da lavratura de escritura de alienação de imóvel de empresa e não sendo objetivo social a oneração ou venda de imóvel, deverá o notário exigir a ata de reunião de deliberação que autorize o administrador a representá-la. Em existindo sócio menor, os pais participarão da deliberação votando na qualidade de representante do incapaz.

Tudo sobre Cartórios em um único Portal

ACESSE WWW.CARTORIOGAUCHO.COM.BR

Serviços online | Localização de Cartórios | Informações Relevantes
Perguntas Frequentes | Todos os atos notariais e registrais | Ouvidoria ao cidadão

